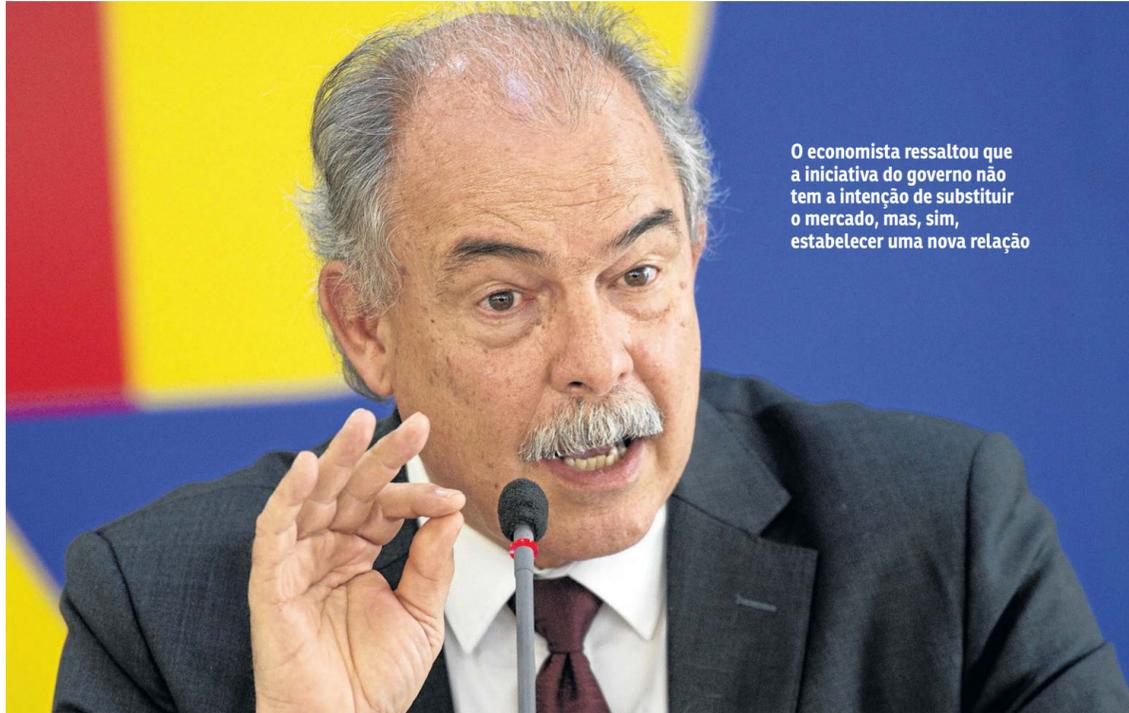


## DESENVOLVIMENTO

Presidente do BNDES rebate comparações com a política dos “campeões nacionais” do governo Dilma e ressalta que China e EUA ajudam suas indústrias maciçamente

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O economista ressaltou que a iniciativa do governo não tem a intenção de substituir o mercado, mas, sim, estabelecer uma nova relação

# Mercadante: Estado deve induzir avanços

» ALINE BRITO  
» EVANDRO ÉBOLI  
» HENRIQUE LESSA

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, defendeu, ontem, o investimento do Estado na indústria, como forma de fomentar a economia brasileira. Conforme salientou, países que são grandes potências econômicas oferecem subsídio estatal para induzir desenvolvimento e o Brasil precisa seguir a tendência global.

“Não temos como reerguer a indústria brasileira sem uma nova relação entre Estado e mercado. Não é substituir o mercado, não é desacreditar da importância do mercado, que é uma instituição indispensável no desenvolvimento econômico”, disse Mercadante. O investimento público na indústria, por meio do BNDES, tem sido alvo de críticas de economistas e integrantes do setor, que veem uma repetição de velhas políticas.

No lançamento do programa Nova Indústria Brasil, ontem, no Palácio do Planalto, Mercadante rebateu críticas à política industrial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — há setores que compararam que o programa lançado ontem com a política dos “campeões nacionais”, colocada em prática no segundo governo de Dilma Rousseff e



**Me expliquem a política econômica americana: subsídio, incentivo, investimento público, atraindo empresas, inclusive, brasileiras, que estão indo para lá por esses subsídios, que recebem na frente, em dinheiro do Tesouro”**

**Aloizio Mercadante, presidente do BNDES**

que foi considerada um fracasso porque favoreceu indústrias e setores que podiam prescindir do financiamento do BNDES. O presidente do banco de fomento afirmou que para a economia do Brasil continuar em crescimento, “precisamos colocar a indústria no coração da estratégia”.

“A gente rega essa indústria ou não vamos ter um mercado de trabalho de emprego qualificado, com inovação em ciência e tecnologia. O Brasil é a nona economia, vai virar a oitava e pode ser mais do que isso. Mas, sem indústria, não chegaremos lá”, frisou.

Mercadante citou a China e os Estados Unidos como exemplo de países que oferecem subsídios para a indústria e conseguem atrair empresas de todo o mundo, o que, em sua visão, contribui para que sejam grandes potências econômicas. “Quero

perguntar a esses que todos os dias escrevem dizendo que estamos trazendo medidas antigas: me expliquem a China. Por que a China é o país que mais cresceu no mundo durante 40 anos? Me expliquem a política econômica americana: subsídio, incentivo, investimento público, atraindo empresas, inclusive, brasileiras, que estão indo para lá por esses subsídios, que recebem na frente, em dinheiro do Tesouro”, lembrou.

Para o presidente do BNDES, investir na industrialização é essencial para diminuir as desigualdades, gerar emprego e promover o desenvolvimento sustentável do país. “Para ser menos desigual, mais moderno e mais dinâmico, precisamos colocar a indústria no coração da estratégia. Essa é a orientação do presidente Lula e é o que nós estamos fazendo e entregando”, observou.

### Pré-requisitos

Qualquer empresa interessada em aderir aos projetos do Nova Indústria Brasil, terá que cumprir alguns pré-requisitos. Do contrário, poderá não ser aceito ou ter o contrato suspenso. Segundo Mercadante, o empresário ou empresa interessados em obter uma dessas linhas de crédito não poderão ter sofrido acusação ou processo de desmatamento, nem ter sido flagrados explorando mão de obra análoga à escrava.

“No caso do agro (programas destinados a esse setor), não pode desmatar. Temos um convênio com o MapBiomas (que acompanha e registra as áreas devastadas em todo o país) e se tiver algum indício de desmatamento, será bloqueado na hora. Multa do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Renováveis) ou outro episódio, suspende o contrato. E também será exigido o trabalho digno de qualquer empresa. Se tiver na lista de trabalho análogo à escravidão, terá o financiamento suspenso. E não terá acesso ao crédito”, alertou Mercadante.

A mesma restrição vale para quem se envolver em casos de homofobia ou assédio. “Se tiver, também, condenação por assédio ou homofobia, será aberta uma investigação administrativa. E pode ter o financiamento suspenso. O Brasil que queremos é o do crescimento, do emprego e da produtividade”, salientou.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Nova política industrial de Lula não convence

Com o programa anunciado ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva gera a desconfiança de que optou pelo “capitalismo de Estado” como modelo de desenvolvimento. O mercado recebeu com a desconfiança a Nova Política Industrial anunciada ontem, em Brasília, da qual são protagonistas o vice-presidente Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e principalmente o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. A ausência do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, gerou especulações de que haveria um racha na equipe econômica. O resultado foi a alta do dólar e a queda na Bovespa, indicadores que refletem a desconfiança dos investidores, quando o resultado deveria ser uma injeção de otimismo nos agentes econômicos.

O governo federal pretende disponibilizar R\$ 300 bilhões em financiamentos destinados à nova política industrial até 2026, por meio Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Serão disponibilizados R\$ 271 bilhões na modalidade reembolsável e R\$ 21 bilhões de forma não reembolsável, além de R\$ 8 bilhões em recursos por meio de mercado de capitais.

Parte da desconfiança tem muito a ver com o discurso de Lula na viagem a Pernambuco, na quinta-feira passada, quando visitou as obras da refinaria Abreu e Lima, que foram reiniciadas. O presidente da República exumou, de uma só vez, os escândalos do chamado Petróleo, a Operação Lava-Jato e velho discurso do “O petróleo é nosso”.

“A história ainda vai ser contada. Mas vou dizer uma coisa: como presidente da República, tudo que aconteceu neste país foi uma mancomunação entre alguns juizes, alguns procuradores deste país subordinados ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos, que queria e nunca aceitaram o Brasil ter uma empresa como a Petrobras”, disse Lula.

Com a política anunciada ontem, Lula exumou também a Nova Matriz Econômica, que levou à derrocada o governo Dilma Rousseff. Isso gera a desconfiança de que optou pelo Capitalismo de Estado como modelo de desenvolvimento. Para o líder comunista Vladimir Lênin, cuja morte completou 100 anos neste mês, o Capitalismo de Estado era a antessala do socialismo. Estava enganado. Era apenas uma face do capitalismo, como contestou o teórico bolchevique Nikolai Bukharin.

A outra face foi via de industrialização dos regimes fascistas, em resposta à crise de 1929, e também de países do chamado Terceiro Mundo, entre os quais a Argentina e o Brasil, principalmente durante o regime militar. O Capitalismo de Estado pode ser a antessala de qualquer coisa, inclusive, dos regimes “liberais”, como os da Polônia, Hungria, Turquia e Indonésia, por exemplo, ou da modernização acelerada da China comunista.

### Metas ambiciosas

Uma das causas do colapso do regime soviético foi a tentativa feita por Mikhail Gorbachov de modernizar os ultrapassados “combinados industriais”, com a importação de máquinas e equipamentos da ordem de 10% do PIB, no final dos anos 1980, em vez de abrir a economia, como depois faria a China. Enquanto isso, os Estados Unidos apostaram no Vale do Silício, na Califórnia. O iPhone, lançado em janeiro de 2007, por Steve Jobs, é o produto mais lucrativo e revolucionário deste século. O smartphone mudou o comportamento e a economia.

Mas não haveria smartphone sem microprocessadores, circuitos de memória, unidades de gravação, cristais líquidos, baterias de lítio, no hardware. Nem algoritmos, que transformam sinais analógicos em digitais; internet, HTTP e HTML, redes de telefonia móvel, GPS e ecrã tátil e comandos de voz. A história desses componentes começa com um investimento público, principalmente do governo norte-americano. O xis da questão é onde e como investir na modernização.

O Nova Indústria Brasil define o governo como principal indutor do desenvolvimento do setor. Suas metas são ambiciosas: aumentar a participação do setor agroindustrial no PIB agropecuário para 50% e alcançar 70% de mecanização dos estabelecimentos de agricultura familiar, com o suprimento de pelo menos 95% do mercado por máquinas e equipamentos de produção nacional, garantindo a sustentabilidade ambiental; produzir, no país, 70% das necessidades nacionais em medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos, materiais e outros insumos e tecnologias em saúde; reduzir o tempo de deslocamento de casa para o trabalho em 20%, aumentando em 25 pontos percentuais o adensamento produtivo na cadeia de transporte público sustentável; transformar digitalmente 90% das empresas industriais brasileiras, assegurando que a participação da produção nacional triplique nos segmentos de novas tecnologias; promover a indústria verde reduzindo em 30% a emissão de CO<sup>2</sup> por valor adicionado do PIB da indústria, ampliando em 50% a participação dos biocombustíveis na matriz energética de transportes, e aumentando o uso tecnológico e sustentável da biodiversidade pela indústria em 1% ao ano; e obter autonomia na produção de 50% das tecnologias críticas para a Defesa.

O xis da questão é onde e como investir nesses setores. Se for com reserva de mercado e inflação, para financiar e salvar a velha indústria, não há a menor chance de dar certo.

## Ex-líder de Bolsonaro elogia programa

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Entidades que representam a indústria e congressistas apoiaram o programa Nova Indústria Brasil, lançado ontem pelo governo federal, em evento no Palácio do Planalto. Até mesmo quem faz oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o ex-líder do governo de Jair Bolsonaro na Câmara, o deputado federal licenciado Ricardo Barros (PP-PR), elogiou em postagem via redes sociais.

“Excelente iniciativa do governo federal”, publicou. O comentário do hoje secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços do Paraná foi seguido de uma reportagem, cujo título dizia que “Plano de Lula para indústria prevê R\$ 300 bilhões em financiamentos”.

Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) chamou o programa de “neointustrialização”. “Serão R\$ 300 bilhões para financiamentos destinados à nova política industrial até 2026. Geraldo Alckmin, ministro do



**Ricardo Barros, hoje secretário no Paraná: “Excelente iniciativa”**

Desenvolvimento, e presidente do CNDI (Conselho Nacional de Indústria e Comércio) fala sobre os investimentos previstos para a neointustrialização”, registrou.

Outro petista, o deputado Odair Cunha (MG), primeiro

vice-líder do partido na Câmara, destacou que “uma nova política industrial está nascendo para impulsionar o crescimento do país e melhorar a vida da população. Inovadora, sustentável e alinhada às grandes

transformações do nosso tempo”, salientou.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) comemorou a nova política industrial, ao considerar as iniciativas “apropriadas para o atual momento socioeconômico”. Nas mesma direção, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) demonstra o reconhecimento do governo federal da importância da indústria de transformação no objetivo de colocar a economia brasileira entre as maiores do mundo.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) destacou que o plano traz previsibilidade para as montadoras continuarem investindo e gerando empregos. “A Anfavea saúda e celebra esta importante iniciativa do governo, que fortalece a indústria brasileira e entrega previsibilidade para que o setor privado continue investindo”, salientou, em nota. **(AB, EE e HL com Agência Estado)**